

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO
FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIII/4.ª (CDS-PP)]

Reunião n.º 19

(Sem revisão final)

20 de fevereiro de 2019

(18 h 50 m – 20 h 44 m)

Ordem do dia:

Audição do Major General Luís Nunes de Fonseca

Presidente da Comissão: Filipe Neto Brandão

Deputados:

Ascenso Simões (PS)

João Vasconcelos (BE)

António Carlos Monteiro (CDS-PP)

Jorge Machado (PCP)

Carlos Abreu Amorim (PSD)

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Iniciamos hoje mais uma audição no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto do Material Militar ocorrido em Tancos.

Eram 18 horas e 50 minutos.

Saúdo o Sr. Major General Luís Nunes de Fonseca que temos connosco e a quem agradeço a disponibilidade e o incómodo que, obviamente, não poderá deixar de ter tido em virtude do particular modo em que decorreu a agenda parlamentar. Ao contrário do que normalmente sucede, a hora predeterminada ficou sujeita ao fim dos trabalhos do Plenário e, por isso, uma vez mais, agradeço a disponibilidade e peço desculpa por esse incómodo.

Em conformidade com o que foi acordado e tendo o Grupo Parlamentar do PSD iniciado os trabalhos na anterior reunião, hoje sucede-se o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. Major General Luís Nunes de Fonseca referiu-me que procederia a uma breve intervenção inicial. E, antes de lhe dar a palavra, solicitava apenas ao Sr. Vice-Presidente que me substituísse, pois tenho um curto compromisso. De qualquer forma, voltarei brevemente.

Entretanto, assume a presidência o Vice-Presidente José de Matos Rosa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Major General.

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Sr. Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, Srs. Deputados, começo por cumprimentar VV. Ex.^{as} e dizer-vos que é com imenso gosto e com marcado sentido de dever e de responsabilidades que aqui compareço perante vós, a fim de responder às questões que entendam colocar-me e, deste modo, prestar-vos os esclarecimentos que possam melhor concorrer para atingir os objetivos a que esta Comissão se propõe.

De acordo com o teor do ofício n.º 8 da Comissão Parlamentar de Inquérito, de 8 de fevereiro de 2019, sobre as consequências e responsabilidades políticas do furto do material bélico ocorrido em Tancos, constatei que sou convocado para esta Comissão na qualidade de Inspetor-Geral do Exército.

Reitero a minha total disponibilidade e vontade de transmitir o meu testemunho e depoimento, porém, gostaria de declarar o seguinte: assumi o cargo de Inspetor-Geral do Exército nos termos do despacho de S. Ex.^a o General-Chefe do Estado-Maior do Exército, de 5 de junho de 2018, com efeitos desde 14 de junho desse ano. Isto para dizer que, no que concerne às minhas atribuições como Inspetor-Geral do Exército e considerando que o furto nos paióis de Tancos foi detetado nos finais de junho de 2017, portanto no ano anterior, e que, nesta ocasião, eu não era Inspetor-Geral do Exército, poderá haver perguntas, em particular aquelas que dirão respeito à atividade inspetiva desencadeada, aos racionais que presidiram ao seu desenvolvimento, bem como aos factos, detalhes e circunstâncias que sustentaram as decisões tomadas a que não saberei responder ou que não foram do meu conhecimento, porquanto, nessa altura, não era o inspetor e desempenhava outras funções.

Dito isto, estou à disposição de VV. Ex.^{as} para responder às questões que entenderem endereçar-me.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Rosa): — Muito obrigado, Sr. General.

Dou, agora, a palavra ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista e ao Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, Sr. General, quero agradecer-lhe muito a sua vinda ao Parlamento. Pretendemos fazer um conjunto de perguntas, talvez sem esgotar todo o tempo a que teríamos direito nesta primeira ronda e sem fazer as rondas seguintes.

Sr. General, quando se deu o acontecimento de Tancos, como é que o Sr. General, uma personalidade do Exército com um passado muito consistente e muito conhecedor...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — E um presente!

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Com um passado e um presente muito consistentes como todos reconhecem, que razões encontrou, que leituras fez do acontecido, da resposta dada pelo Exército e da resposta que foi dada do ponto de vista político ao acontecimento de Tancos?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca** (Inspetor-Geral do Exército) — Sr. Deputado, como militar já com cerca de 20 anos de serviço militar, devo dizer que o acontecimento de Tancos nos afetou profundamente.

Obviamente, não podemos escusar-nos às responsabilidades que temos nesta ocorrência. Ficámos perplexos com este facto e não regateamos essas responsabilidades. Há, de facto, alguma falta de cumprimento dos deveres por parte de militares que estavam a desempenhar essas funções. Eles não fizeram o seu trabalho — é isto que todos nós entendemos.

Há razões, se calhar, que estão subjacentes a estas falhas: uma é o aspeto pessoal, pois não sabemos o que aconteceu. Importa apurar ainda as razões que motivaram exatamente esta falha, do ponto de vista do pessoal.

Aquilo que sei é através da comunicação social. Mas se, de facto, se passaram algumas coisas nesse sentido, como o graduado responsável dizer que não se fazia rondas nessa noite ou nesse dia, isso deve ser investigado e devem ser atribuídas responsabilidades.

Os aspetos de falta de segurança são extremamente preocupantes e graves no Exército. Nós encaramos sempre a segurança militar como um dos aspetos fundamentais.

Depois, há um aspeto que também tem a ver com o efetivo. Nós sentimos muito os problemas da falta de efetivos. Não quer dizer que o efetivo que estava dimensionado para cumprir a missão era diminuto ou insuficiente. Quando dimensionamos o efetivo para o cumprimento da missão, é porque entendemos que o efetivo é suficiente para o cumprimento daquela missão. De facto, foi isto que aconteceu: aquele efetivo tinha condições.

Há outros aspetos envolventes que concorrem para isto, que são, por exemplo, o aspeto da regeneração, de empenhamentos sucessivos. Temos de pensar que os nossos militares são dos militares mais generosos. Tenho a experiência da NATO (North Atlantic Treaty Organization) e sei que os nossos militares são dos mais voluntariosos, mais generosos, eficientes e competentes que já vi. Posso dizer isto porque estive, também, na NATO, durante três anos e tive experiências com outros exércitos.

O que aconteceu foi exatamente isso, mas não quero dizer que a falta de efetivos afetou pontualmente o desempenho das funções. Não. Mas à volta, sim, afetou a sustentação, se pensarmos que, para estes serviços, estão outros aspetos também ligados, como seja a segurança das próprias Unidades, o cumprimento de missões de apoio civil.

Nessa altura, deverão estar recordados, tínhamos sérios problemas com incêndios que hipotecavam os nossos soldados H24/sete dias por semana. Havia militares que não iam a casa há já duas semanas por causa dos incêndios. Portanto, esta é a questão.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. General, relatou um panorama que conhecemos. Ou seja, o Exército tem vindo a ter uma redução muito significativa de recursos ao longo do tempo. Esses recursos podem não ser suficientes para o universo de missões a que o Exército tem de responder. Não lhe parece que tenha havido um problema de meios humanos para a função, para a aquela atividade?

Tivemos aqui um conjunto de coronéis que comandaram diversos Regimentos e sempre falaram nas questões relacionadas com os recursos humanos numa perspetiva geral que não uma implicação naquela função, naquela atividade.

Sr. General, pela sua experiência, reconhece que oito homens são suficientes para uma circunstância de normalidade sem haver um aumento da identificação de questões de segurança que poderiam colocar-se para aquela função?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Correto. Portanto, o efetivo de oito elementos...

Não conheço bem os paióis de Tancos, eu era Comandante da Brigada Mecanizada de Santa Margarida e tínhamos o mesmo efetivo: seis praças e dois graduados, um cabo e um sargento, que faziam, diariamente, o serviço.

Este efetivo, quando foi dimensionado, era exatamente para estar 24 horas de serviço em permanência e na plenitude das suas funções. Com a minha experiência, analiso e digo: «Não! A questão está na envolvente».

Ou seja, este pessoal estava a ser empenhado sucessivamente com falta de pessoal e, ainda por cima, tinha de cumprir diversas comissões, como disse, de apoio civil, de segurança das Unidades e outras tarefas como cerimónias, apoios a exercícios da Academia Militar que hipotecam uma série de gente... Empenhamentos sucessivos! Tudo isto, este conjunto de coisas é que afetou exatamente este empenhamento.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. General, tem conhecimento de que os paióis assaltados eram os paióis que estavam a cargo do Regimento de Engenharia?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Tenho consciência, sim.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — E tem conhecimento de que, naquela semana, era o Regimento de Engenharia que estava a fazer aquele serviço?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Sim.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — E também tem conhecimento de que, naquele dia, o que aconteceu, segundo os relatos, foi que estivemos sem rondas durante 20 horas?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Sim.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Também tem conhecimento.

Sr. General, como pessoa experiente — por essa razão é inspetor —, acha normal, perante essa circunstância, que os paióis assaltados fossem da Engenharia? Que, naquele tempo e naquela semana, a Engenharia estivesse a fazer segurança aos paióis e que durante aquele dia não se tenham feito

rondas durante 20 horas? Que a responsabilidade de desmatação daquele terreno fosse da Engenharia e que só tivesse havido um processo disciplinar a um soldado, a um cabo, a um sargento e a um oficial que disse não conhecer as regras, as NEP (normas de execução permanente) aplicadas àquela segurança?

Sr. General, se fosse Chefe do Estado-Maior do Exército, não sentia que era necessário fazer uma investigação a todo o universo da Engenharia para perceber até onde foi a dimensão da responsabilidade daquela ocorrência em Tancos?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Sr. Deputado, conheço a arma da Engenharia e os militares da arma de Engenharia. A arma da Engenharia é a arma do trabalho. São militares extremamente profissionais, que sabem o seu ofício, que são muito competentes numa área crítica, como o manuseamento dos explosivos e o apoio às entidades autárquicas também. Ou seja, há uma série de tarefas que competem à Engenharia.

Não podemos generalizar exatamente com essa conclusão e dizer que eles não sabem o que estão a fazer, que têm de ser industriados e que têm de ser alvo de uma inspeção. Não! As coisas estavam a funcionar...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Mas não funcionaram!

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Não funcionaram naquele momento e há circunstâncias, que interessa apurar, que determinaram isso, porque os militares — é essa a minha tese — são empenhadíssimos.

Apesar de tudo, não se pode falar em atitudes de indisciplina, de falta de brio, etc. Eles faziam! E eu digo que o nosso soldado é um soldado *multirole*. Isto não acontece noutros ramos, se calhar, nem noutros exércitos.

O nosso soldado faz tudo: faz trabalhos de segurança, faz faxinas, faz guardas, apoia entidades civis, participa em cerimónias... Tudo isto é uma amálgama de tarefas diárias, quotidianas, que absorvem o dia a dia das Unidades.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Fico-lhe muito grato, relativamente a isso. Já ouvimos todos os comandantes e já percebemos porque é que houve uma suspensão/exoneração/reintegração dos comandantes naquela altura. Entendemos que não fazia sentido a suspensão de todos os comandantes.

O Sr. General não acha que, perante a circunstância específica de estar o Regimento de Engenharia a fazer a segurança, de terem sido os paióis de Engenharia os assaltados, pelo menos, o Comandante de Engenharia devia ser tão responsabilizado quanto o soldado, o cabo, o sargento e o oficial? Ou foram-no, em processo disciplinar?

Ou seja, no Exército, não há aquele conceito de a responsabilidade ser uma responsabilidade que vai até ao topo? Isto é, aquilo aconteceu fica tudo na base e não há uma responsabilidade que se possa assumir também ao nível do comando?

Gostaria que nos esclarecesse sobre isso, porque é muito importante percebermos até onde foi a responsabilidade apurada, até agora.

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Sr. Deputado, aquilo que posso dizer é que nós, na estrutura militar, temos uma hierarquia.

É evidente que nos assiste, como comandantes, assumir as responsabilidades, obviamente. Se foi entendido, pelo General Chefe, que deveriam ser as coisas feitas dessa forma, para, segundo o General Chefe, permitir a investigação de uma forma menos pressionada, digamos assim, a decisão do Chefe é essa. Ele, com certeza, tinha elementos de informação, tinha sustentação legal para o fazer.

Portanto, esta é que é a verdade: não discutimos isso. Podemos ter a nossa opinião, mas não discutimos. Na instituição militar confiamos na nossa hierarquia, senão não conseguimos cumprir a missão.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Fico-lhe grato pela resposta, Sr. General, mas, compreenda, os portugueses não entendem. Ou seja, nós não vivemos fora da sociedade global. Em qualquer circunstância, perante uma realidade como aquela, a responsabilidade não pode ficar na base. E o Sr. General diz-me: «Bem, nós acreditamos no nosso Chefe». Bem, então, é o Chefe que tem de se demitir, por todas as circunstâncias que acontecem no Exército? Não há outra responsabilidade, seguinte? Pelas demissões e pelas responsabilidades a assumir?

É normal que um comandante do Regimento de Engenharia, que estava a comandar o Regimento cujos paióis foram assaltados, naquela altura, tenha saído, exonerado, sido reintegrado e tenha, ainda por cima, sido compensado com a sua inserção no curso para Oficial General? É normal que isto aconteça? Os portugueses podem entender que o seu Exército tenha esta leitura da situação?

Não há, verdadeiramente, nenhuma responsabilidade em que se possa dizer: «Não, não foi só o soldado, não foi o cabo, não foi só o sargento, não foi só o oficial, a responsabilidade continuou para cima...»? Ou a responsabilidade, perante uma circunstância existente no Exército, tem de ser sempre assumida por um político?

Esta questão é muito importante, porque nós, ao longo destas audições todas das mais altas patentes do Exército, ficámos com a sensação de que o Exército funciona em caixinha, em circuito fechado e, quando tem um problema, o político que assuma a responsabilidade.

Gostaria de saber, até pelas funções que exerce agora de inspetor do Exército, que são tão relevantes que obrigam o seu titular a ter uma leitura

global do funcionamento do Exército, se, para o Sr. General, estas questões fazem ou não sentido. E, tendo em conta a sua experiência, noutros territórios, noutros países, e o seu conhecimento da organização de outros exércitos, gostaria de saber se o País responde melhor ou pior às responsabilidades da estrutura do Exército, quando acontecem situações dessas.

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Sr. Deputado, o processo ainda está em segredo de justiça. Não estou envolvido na investigação, não sei as circunstâncias, não sei o que é que o Comandante do Regimento de Engenharia n.º 1 terá feito.

Para já, posso dar aqui dois aspetos que são importantes: ele, como Comandante do Regimento de Engenharia, estava a desenvolver uma série de trabalhos no sentido da reabilitação dos paióis de Tancos. Por exemplo, falou-me na desmatção, sei que estavam a desenvolver trabalhos de desmatção. Tinha consciência, exatamente, das dificuldades e das vulnerabilidades que a instalação tinha, e estava a tomar as providências.

O outro aspeto que gostaria de frisar aqui é que ele, imediatamente, detetou o problema da falta de rondas, etc., e comunicou-o, obviamente.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Só faltaria que não comunicasse!

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Sim. Eu não posso responder por ele. Sei o que faria, se fosse eu. Todos somos formados numa determinada escala de valores e de ética, etc., etc.

Conheço aquele oficial, foi ele que me substituiu, inclusivamente — por acaso não foi, foi a seguir — no Quartel-General da NATO onde eu estive, e foi sempre tido como um oficial excecional, de excecional craveira.

Portanto, quando ele foi nomeado para o curso, não contestei. Quem decidiu foi o nosso General Chefe e o Conselho Superior do Exército. E deve ter sido porque entenderam que ele tinha condições. Apesar disto, foi nomeado.

Portanto, eu...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Mas concede que os portugueses se questionem?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Sim. Sim.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Também concede que os portugueses ouçam o Sr. Coronel, aqui na Assembleia, a dizer que era normal que os seus homens metessem e tirassem a cassete, apesar de não haver sistema de videovigilância? Isto o mesmo oficial?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Foi o mesmo oficial?

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Foram vários os que o disseram!

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Nós temos as nossas tarefas e somos obrigados a executá-las.

Não sei o que é que está na base disso, mas foi, efetivamente, o cumprimento de uma listagem de tarefas, com certeza.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. General, estou a terminar o meu tempo, fui mais longo, até, do que pensava. Nas suas funções atuais, e tendo iniciado funções mais ou menos no momento em que se soube da recuperação do material — nem é da recuperação do material, é do possível

comportamento da Polícia Judiciária Militar na recuperação do material —, o Sr. General tem algum processo em andamento, relativamente a este segundo tempo? Ou teve algum processo? E a que se destinaram esses processos?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Sr. Deputado, não.

Tomei posse em meados de junho, portanto, todo este problema aconteceu nesta altura, o aparecimento dos meios, etc. Na altura, lembro-me de ter perguntado ao General Chefe se pretendia que a Inspeção-Geral do Exército iniciasse alguma investigação.

O nosso General Chefe entendeu que não seria necessário. Aliás, relativamente a isso, essas atividades estavam a ser conduzidas pela Polícia Judiciária Militar. A Polícia Judiciária Militar e o Exército são águas separadas e o Exército não tem que ver com as investigações da Polícia Judiciária Militar.

O Sr. **Presidente** (José Matos Rosa): — Sr. General, Sr. Deputado, dou agora a palavra ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e ao Sr. Deputado João Vasconcelos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, cumprimento, da parte do Bloco de Esquerda, o Sr. Major General Luís Nunes de Fonseca, Inspetor do Exército e, desde já, agradeço todas as respostas e a informação que já transmitiu a esta Comissão.

O Sr. General disse que tomou posse, penso, a partir de 14 de junho de 2018, portanto, não exercia as funções de inspetor quando se deram os acontecimentos de Tancos. Perguntava-lhe quais as funções que desempenhava na altura desses acontecimentos, mais propriamente no dia 28 de junho de 2017.

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Era Comandante da Brigada Mecanizada, em Santa Margarida.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. General, considera que o Exército, com estes acontecimentos, foi atingido na sua credibilidade?

Considera que, alguma vez, a segurança do País esteve em causa? Pode responder-me a isto?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Sr. Deputado, creio que este acontecimento afetou e abalou o prestígio do Exército, o capital de prestígio acumulado durante muitos anos.

É um facto que isso aconteceu e que nos abalou profundamente também. Mas a nossa missão é, exatamente, quando caímos, levantarmo-nos e continuar a cumprir a missão. De facto, na altura, aquilo que era para ser segredo, que é a quantidade e o tipo de explosivos, munições e artifícios, às tantas, veio refletido em órgãos de comunicação social estrangeiros, o que, para mim, é inconcebível.

É evidente que é perigoso, é um problema que encarámos com grande seriedade e era importante desencadear as investigações no sentido de apurar as causas e tentar recuperar os materiais, porque, de facto, a sociedade portuguesa não estava tranquila com esta situação, nem nós estávamos tranquilos com isto.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. General, no dia 5 de junho de 2017, o Ministério da Defesa Nacional tinha autorizado uma despesa de cerca de 400 000 €, 316 000 € mais IVA (imposto de valor acrescentado), para a reconstrução da vedação periférica exterior, no perímetro Norte, Sul

e Este nos Paióis Nacionais de Tancos. No dia 30 de junho, foi publicado o despacho no Diário da República.

Sucedede que, dois dias antes, houve o assalto ou o roubo ou o furto aos Paióis Nacionais de Tancos. Também muitos responsáveis militares frisaram que teria havido convivência interna.

O Sr. General não acha, de facto, que se pode considerar que houve convivência interna? Não acha estranho que tenha sido feito o assalto exatamente no dia 28 de junho, quando o despacho saiu no dia 30 de junho, dois dias depois? Sr. General, poderá ter alguma explicação para esta correlação?

No fundo, queria a opinião do Sr. General relativamente a esta matéria.

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Aquilo que, para já, podemos dizer é que, de facto, o problema da vulnerabilidade das instalações dos paióis de Tancos, e não só, estava a ser devidamente encaminhado, através da tutela. Eram principalmente estes paióis de Tancos, mas em Santa Margarida, no nosso paiol, também tínhamos problemas e algumas vulnerabilidades. E aquilo que foi dito foi exatamente isso: «Precisamos de reabilitar esta instalação e vão aparecer os fundos para o efeito».

Mas não sei o que se passou. Aquilo que disse, há pouco, é verdade. Se aquilo de que tive conhecimento, ou seja, que, determinados militares, profissionais, tiveram um determinado comportamento, inclusivamente, se calhar, de convivência com os elementos que perpetraram o assalto, isso é muito triste, mas não é o padrão dos militares do Exército. Os militares do Exército são resilientes e estão muitas vezes a trabalhar apesar das dificuldades e apesar de as condições não serem as melhores para o cumprimento da sua missão.

É isto! A minha ação de comando foi sempre no sentido de dizer: «Meus senhores, temos de continuar a fazer o nosso trabalho porque nem sempre podemos ter as condições».

Não estive em guerra, mas leio bastante e há sempre uma degradação das condições que as Forças têm para cumprirem a sua missão. Há sempre um desgaste, há sempre perdas, etc., mas tem de se continuar a cumprir a missão. Portanto é esse o padrão. Apesar das dificuldades e encarando a segurança militar como um problema de grande responsabilidade, os militares sempre cumpriram com exemplaridade, com espírito de sacrifício e com sentido de missão.

Porém, há nós! É preciso apurar, mas se, efetivamente, isso se passou assim, então têm de ser chamados à responsabilidade.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. General, ainda relativamente a esta questão, corrobora afirmações de responsáveis militares de que teria havido erros estruturais e sistémicos, falta de supervisão e desleixo relativamente ao assunto? O Sr. General corrobora, de facto, estas afirmações, nomeadamente as do anterior Chefe do Estado-Maior do Exército?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Sr. Deputado, a nossa opinião é de que nem todos cumpriram e fizeram o seu trabalho. É essa a opinião, mas esse não é o padrão! O padrão é exatamente o contrário.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Todos concordamos com isso!

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Fruto da discussão, das audições que tivemos com anteriores comandantes e, também, de documentos que recebemos, chegámos à conclusão de que o sistema de videovigilância se

encontrava absolutamente inoperacional, obsoleto, desde longa data — 2012/2013 —, que foi, inclusivamente, considerado irreparável, sem solução possível, que estava numa degradação completa. Havia outras deficiências e lacunas, desde para-raios, comunicações por rede fixa que não funcionavam...

Portanto, quando o Sr. General assumiu as funções de inspetor, e mesmo antes, com certeza, ouviu falar ou teve conhecimento de todas estas lacunas e deficiências que envolviam, nomeadamente, os Paióis Nacionais de Tancos. Confirma?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Confirmo.

Sr. Deputado, as Unidades comunicam regularmente à cadeia de comando os problemas e as limitações que têm para o cumprimento das suas tarefas. É uma obrigação nossa, dos comandantes, avaliar as condições e comunicar para o escalão superior aquilo que não está bem.

Por outro lado, a Inspeção-Geral do Exército realiza, anualmente, diversas atividades inspetivas, a diversas Unidades. Não quer dizer que sejam todas no mesmo ano, mas, normalmente, as inspeções do mesmo tipo não ultrapassam um período de três a quatro anos. Nessas inspeções vamos, efetivamente, fazer o ponto de situação dos problemas que foram encontrados nessa instalação ou dependência. Confrontamos também a situação com o relatório anterior e vemos aquilo que foi feito, ou não.

Aquilo que posso dizer é que há um conjunto de problemas que são já de monta e que têm a ver com a degradação, com a idade, etc., e implicam um grande investimento que muitas vezes não existe ou, pelo menos, tem de ser encarado numa ordem de prioridades. Mas o Exército dá atenção àquelas que são mais prementes.

Portanto, temos a certeza de que há coisas que não podemos resolver no imediato. As instalações envelhecem, as viaturas também têm problemas, etc., e nós temos de fazer o melhor para as recuperar.

Só a título de exemplo, quando cheguei à Brigada Mecanizada, em 1986, recebemos as viaturas de transporte *Unimog*, da Mercedes, novinhas em folha e, passados estes anos todos, essas viaturas ainda estão a funcionar no Exército. Na Brigada Mecanizada, as viaturas que chegaram em 1986 ainda estão a funcionar!

Pergunto aos Srs. Deputados, se me permitem, se algum de nós, na nossa vida, mantém a mesma viatura durante três décadas ou mais!

Há aqui um trabalho que, apesar das dificuldades e da mudança de paradigma, tem sido realizado, com muito mérito, pelos homens e mulheres que fazem parte do Exército e isso não podemos esquecer.

Lutamos todos os dias com dificuldades, mas isso não é razão para baixarmos os braços e ficarmos inertes. Continuamos a trabalhar e era isto que eu dizia sempre aos meus militares. Contudo, há conhecimentos e há determinados procedimentos que executávamos há anos e que se foram perdendo. Foram-se perdendo e, hoje em dia, revitalizar essa escola de conhecimento é, muitas vezes, difícil.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. General, considera que o facto de os sensores dos sistemas de videovigilância estarem avariados e não funcionarem e de apenas existirem cerca de oito homens a fazer a ronda, terá contribuído para potenciar o assalto aos Paióis? Considera que tudo isso potenciou o assalto?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Sr. Deputado, acho que esses sistemas são valiosos. Hoje, não nos apoiarmos nas tecnologias de

informação para exercermos as nossas responsabilidades de segurança é lamentável, mas não é razão...

Posso dar-lhe o exemplo dos Paióis de Santa Margarida, que não dispunham de circuitos internos de TV, nem de sensores, nem de videovigilância, mas isso não impedia que os nossos militares cumprissem o seu dever. Portanto, esses dispositivos são uma grande ajuda, mas a ausência deles não é limitativa para que eles possam cumprir as suas missões! Não podemos justificar-nos com isso.

Aliás, hoje em dia é ao contrário. Há uma ideia errada de que a presença dos dispositivos permite compensar a falta de efetivos, o que é negativo. Continuam a ser valiosos, mas o elemento humano é fundamental.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Em 2015, foram feitos diversos contratos, no âmbito do SICAVE (Sistema Integrado de Controlo de Acessos e Vigilância Eletrónica), abrangendo diversas estruturas do Exército em termos de videovigilância, mas, curiosamente, nenhuma delas foi direcionada para os Paióis Nacionais de Tancos. Houve outras estruturas, outras Unidades, outras instalações que mereceram essa prioridade.

Sr. General, pergunto por que razão não se considerou que os Paióis representavam uma prioridade para aplicar esse sistema, ou se, enfim, afinal não foram considerados uma prioridade? Não se considerou que os Paióis eram infraestruturas de elevada sensibilidade militar, com certeza! Qual a opinião que o Sr. General tem relativamente a esta matéria?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Sr. Deputado, a nossa opinião é de que houve uma verba, de facto, mas há muita coisa a fazer e foram estabelecidas prioridades. Não conheço o que presidiu a essa decisão de não atribuir verbas a Tancos, mas com certeza que foram encaradas outras

questões com maior prioridade, em termos de segurança. Só posso entender isso assim.

Se o Comando entende que essa prioridade é exatamente a que deve estar, nós não o contestamos. Posso dizer que, no passado, nunca houve uma situação destas, contrariamente ao sucedido em alguns países da NATO, como sabem, em que muitas vezes acontecem estes desaparecimentos de material, etc., em paióis e em instalações militares.

A nossa segurança era eficaz, mas, se calhar, não percebemos que a ameaça também evoluiu. E for verdade aquilo que se diz, que estas ações foram perpetradas por gente que tinha conhecimento e treino militar, percebe-se que não era um vulgar assaltante, um indivíduo que procura roubar qualquer coisa. Mas, mesmo assim, não se percebe porque é que, tendo esse conhecimento, foram a determinadas áreas só por contingência... mas esta é a realidade. Houve, provavelmente, um estudo de prioridades e não se considerou que os Paióis merecessem a prioridade imediata.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. General, olhando para os cortes no âmbito da Defesa, vemos o seguinte: de 2010 para 2011 foram menos 185 milhões de euros; em 2012, os gastos caíram mais 260 milhões; em 2013, por acaso, há um acréscimo de 80 milhões, mas para pagar subsídios de férias e de Natal, que o Tribunal Constitucional tinha chumbado; em 2014 foram menos 9 milhões de euros; em 2015, menos 7,5 milhões; em 2016, menos 50 milhões. Houve, também, outro problema que tem a ver com as cativações cuja, de 2009 até 2016, a média foi de 207 milhões, por ano, do que estava orçamentado. Portanto, é muita verba, muito dinheiro.

Sr. General, considera que isto teve um peso bastante forte para o facto de não se proceder ao que era necessário, nomeadamente nessas infraestruturas de Tancos? Ou seja, houve aqui cortes muito elevados, avultados que terão contribuído para estes acontecimentos?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Sr. Deputado, há pouco, eu disse que nós, no Exército, temos consciência das dificuldades que nos constroem, não só nas Forças Armadas mas também nas outras áreas, e entendemos isso como uma decisão que é imperativa.

Os trabalhos, as ações e outros aspetos do reequipamento, etc., têm de passar, se calhar, para outras alturas, digamos, têm de ser faseados no tempo e pensados para mais tarde. Basicamente, é isso. Há, de facto, estas questões, mas... isto é do interesse nacional. Estas cativações foram necessárias e nós tivemos de nos ajustar a esta dinâmica, obviamente.

Em face disso, com certeza que os chefes também apresentaram à tutela as dificuldades que sentiam com esta redução de verbas. Mas, aí, confiamos que a hierarquia cumpriu exatamente a sua tarefa e que a tutela estava perfeitamente ciente dos riscos em que, eventualmente, incorria.

Basicamente é isto.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Com efeito, analisámos vários relatórios e ofícios ao longo dos anos, por exemplo, o relatório final da missão aos Paióis Nacionais de Tancos da Escola de Tropas Paraquedistas referente ao período de 15 de outubro a 15 de novembro de 2013, datado de janeiro de 2014; o relatório do serviço da guarda aos Paióis Nacionais de Tancos; o relatório de missão referente a 2014, ambos também da Escola de Paraquedistas de 2013. Analisámos também diversos ofícios do Comando das Forças Terrestres, nomeadamente o de 26 de agosto de 2015, outro de 2016, onde referiam exatamente as lacunas que enfermam os Paióis Nacionais de Tancos, isto é, a vigilância, os sensores, a rede periférica que não funcionavam. Pediam, efetivamente, que a situação fosse resolvida.

Como é que se explica isto, Sr. General? São reportadas as lacunas, as deficiências, mas ninguém atua!

Depois também temos aqueles cortes no Orçamento da Defesa e ouvimos os responsáveis militares dizerem que, de acordo com a reforma Defesa 2020 do anterior Governo, a ordem era para manter a componente operacional e reduzir a componente fixa.

Afinal, onde estamos? Ou seja, será que para as missões externas, no âmbito da NATO e outras, não se podia cortar verba, mas para as estruturas físicas, como os paióis de Tancos, já não eram direcionados os investimentos necessários o que terá contribuído efetivamente para estes acontecimentos? Não há aqui uma estratégia errada em que não foram calculados os interesses nacionais de defesa do País, orientando os investimentos para uma ótica de dimensão externa?

Sr. General, confirma isto ou tem uma perceção diferente?

Sr. Presidente, fico por aqui e não pretendo fazer outra ronda de perguntas.

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Sr. Deputado, temos a consciência de que os recursos não permitem que possamos acudir a todas as necessidades.

Na qualidade de comandante da Brigada Mecanizada, também disse há pouco que sentíamos os problemas que tínhamos nos paióis de Santa Margarida, mas tenho consciência de que a hierarquia entendeu exatamente todos estes problemas com a seriedade que se impunha.

Esses problemas com certeza que foram endereçados à tutela, simplesmente havia um problema de fundos, de encontrar fonte de investimento, etc. Temos de entender exatamente isto, mas mais uma vez digo que todos estes aspetos não podem justificar aquela falha.

Houve uma falha de procedimentos e não podemos justificar-nos com isso, dizendo que não houve dinheiro ou meios, etc. Não! Há aqui um aspeto

fundamental: não houve profissionalismo e brio — isto se se verificar exatamente aquilo que se diz e se lê na comunicação social!

Não tenho dúvidas nenhuma de que as missões no exterior são fundamentais. São os nossos homens e a nossa imagem que é projetada. Estamos em confronto com outras Forças Armadas e se esse hiato não se percebe foi pela prioridade atribuída pelos decisores a esta questão, ou seja, os nossos homens e as famílias dos nossos homens e mulheres que estão lá fora sentirem que têm a sua retaguarda bem apoiada e que, em caso de necessidade, a prioridade é fundamentalmente para eles. Não pode ser de outra forma.

É assim que o entendemos: as missões para o exterior têm de ter o máximo de condições e de prioridades, etc. Nesta perspetiva de falta ou escassez de recursos, obviamente que entendemos que provavelmente há alguns trabalhos, algumas obras de reabilitação, reequipamento que terão de esperar uma ocasião mais favorável.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Rosa): — Obrigado, Sr. General.

Dava agora a palavra ao Sr. Deputado António Carlos Monteiro, pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. General, queria começar por cumprimentá-lo, em nome do CDS-PP, e dizer-lhe que está aqui numa dupla qualidade, primeiro, de acordo com base nas suas funções na Inspeção-Geral do Exército, mas também na qualidade de ex-comandante da Brigada Mecanizada situada em Santa Margarida.

A primeira questão que lhe queria colocar é no âmbito da Inspeção-Geral. O Sr. General é hoje Inspetor-Geral, mas foi Inspetor-Geral-Adjunto entre agosto de 2011 e março de 2013. O que nos foi dito na informação que

nos foi fornecida foi que, em 2012, o Exército identificou quatro áreas preocupantes, sendo uma a da segurança do material de guerra.

Ora, os Paióis Nacionais de Tancos não foram objeto de qualquer inspeção. Sabe dizer-me porquê?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Sr. Deputado, penso que os paióis de Tancos foram vistos nessa altura. Eu fazia parte da equipa de inspeção de segurança militar e fizemos atividades inspetivas nos Regimentos, nas arrecadações de material de guerra das Unidades exatamente para ver as condições de segurança militar.

Lembro-me que fui a Santa Margarida, na qualidade de inspetor, ou seja, de elemento da equipa de inspeção, para ver as condições de todas as Unidades.

Não fiz o trabalho de Tancos, mas recordo-me de haver uma equipa de oficiais que foi a Tancos e que fez um trabalho exaustivo. Mas não posso precisar se efetivamente foi nesse período, porque estive na Inspeção logo quando acabei o curso de promoção a oficial general, depois fui para o Estado-Maior-General das Forças Armadas chefiar o Centro de Situação e Operações de Conjunto (CSOC) até à minha promoção.

Quando voltei, e a minha promoção ocorreu em 2013, estive só um pequeno tempo na Inspeção-Geral do Exército até que o comando da Brigada estivesse disponível. Ia comandar a Brigada Mecanizada.

Portanto, não posso adiantar mais nada. Mas tenho a certeza que ou em 2011... Antes de 2013 foi feita uma inspeção aos paióis de Tancos.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, compreenda que é muito complicado percebermos quando temos escrito no primeiro parágrafo da página 151 do documento que nos foi entregue pelo Governo do Partido Socialista, pelo Sr. Ministro Azeredo Lopes, *Tancos*:

Factos e Documentos, que «os Paióis Nacionais de Tancos não foram objeto de inspeção resultante da prioridade estabelecida assente numa maior incidência de problemas (incidentes)».

Por isso é que estávamos à procura de uma explicação para esta afirmação.

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Sr. Deputado, não posso responder. Tal como disse, fiz parte das equipas de inspeção que realizaram uma atividade extensiva e exaustiva aos Regimentos e fomos a Santa Margarida.

Sei que houve uma equipa que foi a Tancos. Não posso é precisar a data, mas, provavelmente, encontraremos esses elementos se forem necessários.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Perfeitamente, Sr. General, só estou a pedir o esclarecimento, uma vez que é essa a informação que temos aqui. Até porque, tanto quanto conseguimos perceber, no relatório de posse de comando do comandante da Escola Prática de Engenharia, logo em 2005, é identificada a falta de efetivos para a guarda aos paióis como sendo um dos primeiros problemas. Teve conhecimento desse relatório? Confirma que assim foi?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Não. Não tive conhecimento desse relatório.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas sabe que esse relatório existe?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Sei. Li agora quando soube que seria convocado para vir à Comissão de Inquérito.

Mas, em 2005, não era inspetor. Foi em 2005, há já bastante tempo, e nem sonhava ser inspetor nessa altura.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Diga-me outra coisa: o Sr. General teve conhecimento do ocorrido em Tancos quando, como? Em que circunstâncias é que teve conhecimento do que tinha sucedido em Tancos?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Já referi aqui que era comandante da Brigada Mecanizada quando soube do acontecimento de Tancos. Foi imediato, praticamente. Quer dizer, o Comando das Forças Terrestres, que era o meu escalão de comando, informou logo da ocorrência e deu imediatamente diretrizes no sentido de reforçarmos as condições de segurança para vermos exatamente esses aspetos relativos ao paiol de Santa Margarida.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Agradeço essa informação, porque já houve quem nos tivesse dito aqui que tinha sabido pelos jornais.

Estranhámos que assim tivesse sido, mas ainda bem que o Sr. General nos tranquiliza em relação a essa matéria.

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Soube pelo meu canal hierárquico logo. Foram enviadas mensagens e soube imediatamente. Ficámos extremamente preocupados obviamente.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Já agora, Sr. General, qual era então a situação dos paióis de Santa Margarida nessa mesma altura?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Sr. Deputado, responderei com muito gosto, mas fui convocado aqui como inspetor...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E como comandante da Brigada Mecanizada!

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Mas responderei com muito gosto! Não tenho essa informação...

O Sr. **Presidente** (José de Matos Rosa): — Sr. Deputado António Carlos Monteiro, agradeça que ligasse o microfone.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Era um aparte!

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Como disse, Sr. Deputado, irei responder.

A situação dos paióis de Santa Margarida apresentava também algumas vulnerabilidades, nomeadamente algumas partes da vedação periférica apresentavam alguns rombos, a iluminação também tinha problemas. Havia também a questão das torres que, no antecedente, eram ocupadas pelos militares que faziam segurança a toda a zona dos paióis e que se foram degradando com o tempo e, por razões de segurança, não era recomendável que se utilizassem. Eram estas as questões que tinham a ver com as condições de segurança física que existiam, na altura, em Santa Margarida.

Os paióis de Santa Margarida são mais pequenos. Têm uma vantagem, porque se situam numa zona em que, no ponto onde a guarda se situa, podem ver-se efetivamente todos os paióis e os itinerários de acesso, etc. O que não acontece com os paióis de Tancos que é um terreno mais ou menos plano.

De facto, havia estas questões que nos afetavam e que comunicámos, como era nosso dever, imediatamente ao comando, ao escalão superior.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, sabe dizer-me quem é que tomou a opção de encerrar os paióis de Tancos e transferir para Santa Margarida parte do material que lá estava?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Foi o comandante do Exército que tomou essa decisão no sentido de transferir todo o material para os paióis de Santa Margarida, Marco do Grilo, da UAGME (Unidade de Apoio Geral de Material do Exército), etc. Mas era muito material e, inclusivamente, para Santa Margarida veio só uma pequena parte.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sabe dizer-me, também, se tem conhecimento de quanto é que foi investido em Santa Margarida?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Atualmente, não estou a par, não estou a par...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, no *briefing* que tivemos quando fomos visitar esses mesmos paióis, a informação que nos deram é que estávamos a falar em cerca de 4,5 milhões de euros, já investidos ou em execução em Santa Margarida, sendo que, nos Paióis Nacionais de Tancos, a conclusão da rede custava 388 000 € Há aqui

alguma estranheza: como é que foi possível encontrar 4,5 milhões para Santa Margarida, mas não houve, mais cedo, os 400 000 € para completar a vedação de Tancos.

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Penso que isto tem que ver, exatamente, com a gravidade da ocorrência e a necessidade de repor as condições de segurança em Santa Margarida, em detrimento dos paióis de Tancos. É que, na altura, dizia-se que havia uma intenção de fechar os paióis de Tancos. Portanto, essas verbas, que estavam direcionadas para os paióis de Tancos, seriam para os paióis de Santa Margarida.

Penso que este montante é um montante avultado, de facto, mas, se for hoje a Santa Margarida, fico satisfeito, porque há ali aspetos dos quais já falávamos há bastante tempo e que foram contemplados. Por exemplo: recuperar as torres era extremamente complicado. Disse, várias vezes, que era importante recuperar as torres, mas não havia verba! Pura e simplesmente, não havia verba para isso. Penso que esta situação deu azo a que surgissem verbas ou que fossem direcionadas de outras necessidades para reforçar a segurança dos paióis de Santa Margarida.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Portanto, no fundo, foi o «casa arrombada, trancas à porta».

Mas há aqui uma questão que não posso, também, deixar de fazer. É que já nos foi dito aqui que Santa Margarida é insuficiente e que tem de se repensar Tancos outra vez e que Tancos continua à espera de definição quanto ao que lá vai ser feito, com elogios, aliás, àquilo que seria um paiol como o de Tancos.

Partilha dessa opinião?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — É um facto que, se nós tivermos as dotações todas de que necessitamos, os paióis de Santa Margarida não chegam. Aliás, como disse, grande parte dos materiais que estavam em Tancos foram para Marco do Grilo. O General Chefe anterior pretendia, de facto, acabar com o problema de Tancos. Digamos que, desta forma, acabamos com Tancos, extinguindo os paióis.

Mas nós precisamos daquela infraestrutura. De facto, se nós tivermos as quantidades que estão estipuladas, não temos capacidade. Os paióis de Santa Margarida foram sempre paióis de utilização da Brigada Mecanizada. Foram para as necessidades correntes, digamos assim. Muitas Unidades vão fazer fogo, fogos reais, a Santa Margarida e, então, para guardar, os meios, como as granadas, etc., eram colocados ali. Além disso, tínhamos as dotações orgânicas das Unidades operacionais e ainda temos ali uma parte dos paióis que eram paióis NATO.

Portanto, obviamente que precisamos dos paióis de Tancos, mas não me compete a mim falar sobre isso, porque o decisor é que, depois, ponderará, exatamente, sobre a necessidade de preservar ou não Tancos. Mas Tancos é uma instalação que foi criada para o efeito, há anos.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, na sequência do fecho dos paióis de Tancos, Santa Margarida ficou cheio. Só quando, entretanto, foi recuperada parte do material que tinha sido furtado na Chamusca, é que a decisão foi enviar esse material para Santa Margarida, para os paióis de Santa Margarida.

Quando é que o Sr. General soube que a Polícia Judiciária Militar (PJM) se dirigia para lá para guardar esse material nos paióis de Santa Margarida?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Lamento, mas já não era comandante nessa altura.

Quando isso aconteceu, foi mesmo «resvés Campo de Ourique», como se costuma dizer, porque eu, entretanto, já estava a comandar a Brigada há três anos e três meses e continuaria mais, se o nosso General Chefe tivesse deixado continuaria. Mas fui chamado para cumprir outras missões no Estado-Maior do Exército e, nessa altura, já tinha deixado de ser o Comandante de Santa Margarida.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, nessa altura, estava no Estado-Maior do Exército, já agora, em que funções?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Era o Diretor Coordenador do Estado-Maior do Exército, ou seja, tinha à minha responsabilidade a coordenação das atividades do Estado-Maior de cinco divisões: as quatro divisões de Estado-Maior, mais o Gabinete de Gestão de Informação e do Conhecimento, que era a quinta, digamos assim.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas, quando teve conhecimento de que esse material ia para Santa Margarida, não estranhou, por os paióis de Santa Margarida já estarem cheios, naquela altura?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Não tive conhecimento dessa informação, ou seja, de que tinha ido para Santa Margarida.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, quanto mais não seja, veio na comunicação social...

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Soube mais tarde, li. Não tive conhecimento na altura. Foi um canal a que estive alheio, estive alheio a essa informação. Já não era comandante de uma Unidade Operacional e saí dessa rede. Portanto, não tive conhecimento disso.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Então quando é que teve conhecimento da recuperação do material?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Quando é que tive conhecimento? Mais tarde, pela imprensa. Disso sim, tive conhecimento pela imprensa.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E teve conhecimento pela imprensa, também, do que tinha sucedido relativamente ao que é considerado a fita de tempo dessa recuperação e à entrada do material em Santa Margarida?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Não, isso passou-se, como disse, já não me recordo bem... Mas já não era o comandante.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Certo.

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Ouvi, mais tarde, dizer que a Polícia Judiciária tinha sido barrada à entrada do campo, o que estranhei. Mas não tive conhecimento disso na altura. Para mim a informação só vem se eu tiver necessidade de a conhecer. E em relação a essa informação não tive acesso a ela, soube mais tarde desse episódio, inclusivamente.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas o Sr. General foi Comandante da Brigada...

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Sim.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Quem é que pode dar a ordem à porta de armas para que não deixem entrar, por exemplo, agentes da Polícia Judiciária?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Os militares da Polícia do Exército, que estão à entrada, têm ordens e cumprem-nas. Há um controlo de acessos.

Quando, provavelmente — mas também não poderei asseverar —, aquilo aconteceu, os militares disseram aos agentes da Polícia Judiciária, para aguardarem, que iam pedir, com certeza, instruções. Essas instruções foram solicitadas através da cadeia de comando. Com certeza o Comandante da Brigada, na altura, deve ter perguntado ao Comandante das Forças Terrestres: «Olhe, estão aqui uns senhores, da Polícia Judiciária, o que é que fazemos?». E, sucessivamente, provavelmente, o Comandante das Forças Terrestres deve ter perguntado ao Comando do Exército, não é?

Portanto, em relação ao que se passou, aí, sou alheio. Soube, mais tarde, que, efetivamente, eles foram barrados; estranhei ter sido tanto tempo, mas isso já me transcende.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas estranhou o tempo?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Os militares têm ordens. É o controlo de acessos que se faz e, se não cumprirem as ordens, são responsabilizados, obviamente.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas o Sr. General estranhou o que se passou na porta de armas do Campo Militar de Santa Margarida ou não?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Eu li aquilo na comunicação social... quer dizer... Sendo verdade, se calhar, seria um bocado estranho, mas considerei que, se calhar, a hierarquia militar, o Comando do Exército, tinha razões para isso.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Se me permitir, Sr. General, vou recorrer às notícias que são públicas e o que é dito é que o que teria sido decidido pelo Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército, na altura o General Rovisco Duarte, era que só poderiam entrar os agentes da Polícia Judiciária com mandato judicial.

Não sei se tem conhecimento disso ou não, porque estaria no Estado-Maior do Exército e tinha estado na Brigada. Tem conhecimento disso ou não?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Dessa decisão do General...? Não, não tenho conhecimento. Li. Li, de facto, que teria sido com mandato judicial. Não sei quais são as razões.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General...

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Seis horas acho que é muito tempo. Isto falando pessoalmente.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — É que, entretanto, foi também notícia que o Major Vasco Brazão teria entregado uma fita de tempo e que, nessa fita de tempo, teria dito que teria sido o Sr. General Rovisco Duarte que teria travado a PJ de entrar em Santa Margarida, que teria dado ordem nesse mesmo sentido.

No entanto, fico aqui um pouco baralhado, porque, entretanto, o Sr. General Rovisco Duarte nos disse que não foi ele que deu essa ordem.

Portanto, gostaria que alguém fizesse o tira-teimas, por isso pergunto a alguém que esteve quer em Santa Margarida, quer no Estado-Maior do Exército, Sr. General. Não sei se acompanhou e se teve conhecimento disto ou não.

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Tal como disse, reafirmo que tive conhecimento através da comunicação social. O único sentimento que tive — nem liguei a esse aspeto, mais tarde disseram-me que estiveram ali muito tempo à espera —, ou seja, a única coisa que me satisfez foi o facto de ter ouvido que tinham encontrado o material, que tinham conseguido reaver o material.

Obviamente que, em termos de segurança militar, foi um alívio para todos nós. Foi isso, mas não... A informação, tal como disse, soube pela comunicação social.

Não tive conhecimento desses passos, desses aspetos, como Diretor Coordenador do Estado-Maior, porque também não me dizia respeito.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Só para terminar, Sr. General, entretanto, surgiram também as notícias da detenção dos elementos

da PJM por encobrimento, naquilo que foi a operação de recuperação do material de guerra na Chamusca.

Ficou surpreendido com essas notícias? Qual é a avaliação que faz daquilo que sucedeu quer naquele momento, quer agora?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Sr. Deputado, penso que se tratou, aqui, de uma competição entre organismos de polícia, o que é lamentável, se assim foi de facto.

Portanto, não devia acontecer. Ambas as instituições servem, exatamente, o interesse nacional, e devia haver a máxima colaboração, abertura e transparência.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Ficou surpreendido, na altura, com as notícias?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Estas situações não ajudam a resolver os nossos problemas, complicam ainda mais. Como cidadão, fiquei, obviamente, triste com esta situação.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, sentiu que contribuiu para minar, ainda mais, a confiança no Exército, nos responsáveis da polícia e no poder político, em geral?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — A Polícia Judiciária Militar não pertence ao Exército. São militares dos três ramos e civis que lá estão a prestar serviço, não é o Exército. Assim, não posso, efetivamente, dizer que isto afetou o Exército.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Só para terminar, uma vez que ainda tenho tempo: Sr. General, voltando completamente atrás, teve oportunidade de ler aquele documento que é intitulado *Tancos: Factos e Documentos*?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Não o li todo. Não tive possibilidade de o ler todo, mas preparei-me o melhor possível.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, é que, há pouco, disse-nos que teria havido uma inspeção aos Paióis Nacionais de Tancos, sendo que, no documento, nos é dito que não houve.

Tem conhecimento de mais falhas neste documento? Já várias foram identificadas, desde logo informações que foram aqui objeto de debate. Conseguiu identificar mais falhas nesta informação que nos possa dizer?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Sr. Deputado, não tenho conhecimento de mais falhas. A Inspeção recebeu ordem para disponibilizar a documentação. Nós fizemos esse trabalho para cumprir essa tarefa de acordo com as orientações do Exército. Tenho de verificar esse aspeto, mas não tenho conhecimento de mais falhas.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, houve várias falhas que nós próprios já constatámos no que diz respeito a este documento. Uma das informações que nos é dada é a de que teria havido uma redução de 75% de pessoal à guarda do paiol.

Agora, o documento diz-nos que não teria havido inspeção e o Sr. General diz-nos que houve.

Portanto, é óbvio que ficamos preocupados com a informação escrita que nos está a ser prestada e que consta destes documentos, quando ela é contraditada pelo testemunho aqui prestado.

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Não tenho resposta para isso. Nós, com todo o espírito de colaboração e de missão, facultámos os documentos que tínhamos e que nos foram solicitados.

Poderá ter havido esses lapsos, mas, tal como disse, vamos ver o que se passou relativamente a, por exemplo, esta inspeção. Se calhar, tem razão. Se calhar, neste período, não foi efetuada nenhuma inspeção aos paióis de Tancos, mas eu tinha a ideia de que sim, porque eu, na altura, estava lá. Não fui a Tancos, de facto, mas tenho a ideia de que houve uma equipa que foi a Tancos e que fez um relatório exaustivo.

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, Filipe Neto Brandão.

O Sr. **Presidente**: — Passamos, agora, ao Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português. Sr. Deputado Jorge Machado, tem a palavra, nos mesmos termos.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. General Luís Nunes de Fonseca, agradeço o contributo e as respostas que já deu a esta Comissão. Não vou, com certeza, usar o tempo todo que tenho disponível, até porque, como salientou, as suas responsabilidades enquanto inspetor-geral são em momento posterior, embora haja aspetos que, enquanto comandante da Brigada de Santa Margarida, nos podem ajudar.

Queria fazer uma primeira consideração: o Sr. General, no início da sua intervenção, referiu que houve alguém que não fez o seu trabalho e que

importava apurar as responsabilidades e punir. Não temos dúvidas quanto a essa matéria. Não compreendemos que a limitação da responsabilidade se fique apenas por esse apuramento.

Na gestão do processo político-militar, houve erros e as responsabilidades deviam ter sido assumidas para, no fundo, responder também à opinião pública e à necessidade de apuramento. Mas não me ficava pelo cabo ou pelo soldado! O comandante da Unidade e o comandante das Brigadas tinham de assumir a responsabilidade.

Ao responder ao Deputado Ascenso Simões, a determinada altura disse que os militares eram formados com um certo sentido de ética. Nesses parâmetros, não era expectável que houvesse quem tivesse de dar passos na assunção dessa responsabilidade e colocar o seu lugar à disposição para, dessa forma, haver um contributo para a resolução deste problema político-militar?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Sr. Deputado, relativamente a isso, reitero aquilo que disse: acho que a culpa não deve ficar nos subordinados. Isso é o que penso pessoalmente, mas também não sabemos o que é que se passou relativamente ao nosso Coronel e ao General Chefe.

Tanto quanto sei, quanto fui informado, segundo o que me foi dito — não sei se é verdade —, o General Chefe, por exemplo, teria ficado efetivamente afetado com toda esta situação. Obviamente, assumiu todo este aspeto, esta ocorrência que se verificou, e terá colocado o lugar à disposição ao Sr. Ministro. Não sei se é verdade ou se não é, mas é isto.

Mas sei que o nosso General Chefe, depois desse período, eventualmente reassumiu as suas atribuições com toda a determinação e força, porque ele achava que, como era o homem que estava à frente da instituição, tinha de dar a cara em todas as situações.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. General, independentemente desse apuramento — também cá estaremos para o fazer —, há um aspeto fundamental: efetivamente, teríamos de ter tido outra resposta do ponto de vista da gestão deste processo. Isso parece-me evidente.

Queria fazer uma pergunta relativamente às questões do efetivo. Questionado sobre o efetivo e as rondas nas respetivas Unidades militares, o Sr. General disse que era o suficiente para o cumprimento da missão, mas, depois, acrescentou um conjunto de factos que queria que abordasse.

Disse que, na altura do furto, houve muitos incêndios e que estavam a ser pedidas aos militares missões, nomeadamente, da proteção civil, de apoio ao rescaldo, etc. A determinada altura, o Sr. General disse que havia um empenhamento sucessivo dos militares. O Sr. General referia-se à sua Unidade ou esse era um mal de que também se padecia em Tancos? Ou seja, verificava-se esse empenhamento sucessivo?

Isto é relevante, porque as condições objetivas em que os homens trabalhavam e faziam as rondas, nomeadamente à noite, se tivessem sido sucessivamente empenhados, seriam objetivamente diferentes do que se não tivessem sido.

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Sr. Deputado, não posso falar-lhe sobre os paióis de Tancos. Eu não era o comandante dos paióis de Tancos, era o comandante da Brigada Mecanizada. Posso falar por aquilo que vivi e experienciei nessa altura.

De facto, estávamos num período extremamente complicado em termos de empenhamentos. Sentíamos algumas dificuldades já de recursos humanos, que também se foram agravando. O que disse foi que o efetivo de segurança, quando foi dimensionado para o cumprimento dessa missão de segurança aos paióis, foi bem dimensionado. Agora, o que está, depois, à

volta é que começa a criar dificuldades exatamente ao cumprimento da missão.

Como disse há pouco, o nosso soldado faz tudo: faz tarefas de segurança, presta apoio às populações, faz guardas ao paiol, faz serviço de faxina às messes, aos refeitórios. Em nenhum ramo isso acontece. Por exemplo, na Força Aérea, um mecânico de aviões é só mecânico de aviões. Só faz as tarefas de mecânico de aviões. O nosso mecânico de carros de combate, depois de um dia de trabalho, vai fazer, se calhar, segurança aos paióis, à Unidade ou tarefas no exterior.

Portanto, é esta a situação que vivemos neste momento. Estou a dizer que a missão de segurança, em si, tinha um número dimensionado e que esse número era, efetivamente, suficiente. Agora, tudo o que ocorre no quotidiano é que afeta também.

Como disse, se eles são empenhados numa operação de rescaldo e têm de estar fora da Unidade durante dois, três, quatro dias... Agora as coisas melhoraram nesse aspeto, mas, na altura, foram situações inopinadas a que era preciso dar atenção imediatamente e isso obrigou a um esforço extra do nosso pessoal, que correspondeu magnificamente. Esta é que é a verdade. Não houve um queixume, um lamento, etc. Obviamente, isto afetava a sua vida pessoal, mas, de facto, isto passou-se.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Reitero a pergunta: esse empenhamento sucessivo era uma prática generalizada no Exército ou estava a referir-se a alguma das Unidades em concreto?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Estava a referir-me àquilo que vivi na Brigada Mecanizada, mas tenho consciência de que em muitas Unidades do Exército era isto que se passava. Estas situações de emergência a que era necessário dar resposta e para as quais era necessário estarmos

prontos e disponíveis obrigavam exatamente a este sacrifício extra. O nosso pessoal, quando era solicitado, respondia prontamente, é verdade.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — É verdade, Sr. General, não tenho dúvidas de que os nossos militares respondem na medida das suas capacidades. Mas quem decide aceitar tudo e um «par de botas» enquanto missões sejam elas primárias, sejam elas secundárias, sejam elas aquela coisa da «defesa verde», conceito estratégico que foi inventado a determinada altura, depois está confrontado com um cenário em que não há recursos humanos que cheguem.

A conclusão que esta Comissão de Inquérito também aponta é a de que há uma manta muito curta que tem vindo a ser esticada no que diz respeito à assunção de responsabilidades por parte dos militares que, depois, também compromete, naturalmente, as missões, ou, pelo menos, a capacidade de resposta efetiva.

Outra questão que o Sr. General referiu, respondendo ao BE, e que queria apenas registar, sem lhe fazer nenhuma pergunta, é a de que as missões no exterior são prioritárias para os ramos. Percebo isto, nomeadamente na medida em que há, muitas vezes, situações de risco. Hoje temos missões na República Centro-Africana e, naturalmente, isso tem de acontecer, mas a questão é, mais uma vez, o facto de a manta ser curta. Parece-nos que, dando prioridade às missões externas, fica depois em falta a defesa nacional.

As perguntas finais que queria colocar-lhe têm a ver com a sua experiência enquanto comandante da Brigada em Santa Margarida. Como é que funcionavam os mecanismos de controlo da ronda? O Sr. General disse, a determinada altura, que os mecanismos de segurança de Santa Margarida são, de alguma forma, semelhantes ao que existia em Tancos, ou, pelo menos, os procedimentos são iguais. É natural que assim seja.

Então, quais são os mecanismos de controlo das rondas? Podia dar-nos alguma informação sobre essa matéria?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Sr. Deputado, o efetivo que era empenhado diariamente nos paióis de Santa Margarida era igual ao de Tancos. Portanto, empenhávamos diariamente oito homens: seis praças e dois graduados, um cabo e um sargento.

Os praças são colocados em postos de observação, vigilância, e são rendidos. Inicialmente, eram períodos de duas horas que faziam e, depois, eram rendidos. O sargento tinha por missão, efetivamente, passar ronda por esses postos para verificar se o pessoal continuava vigilante, se estava tudo bem, e para verificar o estado dos selos dos paióis, etc. Era essa a missão.

Aliás, é uma missão de segurança normal. É um dispositivo de segurança fixo e, depois, complementado com rondas que não são a horário. Isto tem a ver com a segurança das operações, obviamente, para não criar determinados hábitos que possam ser percecionados pelo exterior. Mas há, efetivamente, rondas a efetuar pelos sargentos.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. General, uma outra questão, aliás, um apontamento apenas: foi abordada a questão do encerramento ou não do Paiol Nacional de Tancos e hoje, mesmo, tivemos uma audição com o Ministro da Defesa que informou que não há nenhuma decisão tomada, relativamente a esta matéria.

É uma matéria que está em aberto e, para nós, é uma não-questão, neste momento. Logo veremos qual é a decisão tomada quer do ponto de vista das chefias militares, quer do ponto de vista da decisão política, relativamente a essa matéria.

A última pergunta que lhe queria colocar diz respeito à informação, ou melhor, à sua sensibilidade, relativamente à recuperação de armas. A

determinada altura, disse que entendia que era uma guerra entre estruturas de investigação. Ora, há informações contraditórias, há quem diga que pode ter sido isso, há quem diga que não se tratou de nada disso e há, até, declarações públicas de boa articulação entre a PJ e a PJM.

Portanto, a pergunta que tenho a fazer-lhe é se, relativamente a esta questão da recuperação das armas, aquilo que nos transmitiu tem a ver com factos — e se são factos que nos pode transmitir — ou se é uma perceção, uma sensibilidade que tem e, aí, naturalmente, todos temos uma; não estou a desconsiderar a sua.

Agradeço a sua opinião e a sua sensibilidade. É muito importante, porque às vezes, pelas sensibilidades, também se percebem coisas e era importante perceber se tem algum facto que sustente aquela afirmação que fez.

Sr. Presidente, não tenho mais nenhuma pergunta, pelo que dispenso a segunda ronda.

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Sr. Deputado, relativamente a esta questão do reaparecimento das armas, soube — não tenho conhecimento de nenhum facto — tudo através da comunicação social. E aquilo que percebi, ao ler, é que, a passar-se assim, é lamentável tudo isto. Todas aquelas situações implicavam, exatamente, um conflito latente entre as polícias. Não tenho mais nenhuma informação, relativamente a isso.

O Sr. **Presidente**: — Para concluir a primeira ronda — e, provavelmente, única, veremos, ainda —, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, nos mesmos termos.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. General Luís Nunes da Fonseca e, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, queria expressar a grande consideração que temos pelo seu *curriculum*, que nos foi presente e que inclui um conjunto de condecorações, quer em Portugal, quer no estrangeiro.

O Sr. General assumiu o cargo de Comandante de Inspeção-Geral do Exército a 14 de junho de 2018, numa data ulterior em relação aos factos que mais apoquentam esta Comissão de Inquérito. Portanto, grande parte das perguntas que tenho para lhe fazer, são baseadas na sua longa experiência militar e de comando. Gostaria de saber exatamente — e é aquilo que tem preocupado grande parte dos grupos parlamentares nesta Comissão —, se alguns factos que aconteceram correspondem a um procedimento normal, corrente, enfim, em procedimentos ou situações relativamente similares, ou não.

Na sequência daquilo que aconteceu em Tancos, foram efetuados um conjunto de processos de averiguação e uma inspeção extraordinária aos Paíóis Nacionais de Tancos. E tudo isto ficou concluído em cerca de duas semanas, em 15 dias.

Considera este prazo normal?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Sr. Deputado, foram dadas instruções no sentido de, tanto quanto sei, desencadear os processos de investigação com a celeridade que era necessária. E quando isso acontece, na instituição militar, é a nossa norma, mobilizamo-nos se for preciso dia e noite e fazemos as coisas, etc., no sentido de aprontar.

Tínhamos prazos muito curtos e isso determinou, exatamente, esse trabalho muito intenso, conduzido pelos investigadores.

Foram nomeados uma série de investigadores para desencadear essas investigações e fizeram o seu trabalho e com todo o empenho e profissionalismo.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sem querer duvidar do empenho e da celeridade que se quis imprimir, ela pode parecer, à primeira vista, um bocadinho forçada.

Já agora, considera que o afastamento, a exoneração dos Srs. Coronéis, que eram comandantes, para que não perturbassem as averiguações — foi essa a justificação então usada —, também correspondeu a um procedimento normal?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Sinceramente, nunca experienciei uma situação destas. Penso que também não é uma situação normal. O nosso General Chefe, ao tomar esta decisão, tinha, com certeza, elementos que nós não tínhamos.

Podemos ter a nossa opinião, podemos pensar que é excessivo ou que não é apropriado, etc., mas isso é a nossa opinião. A partir do momento em que o Chefe emite a sua diretiva e as suas ordens, nós temos de as cumprir. E, exatamente nessa perspetiva, entendemos que o General Chefe, que tem um *staff* à sua volta e o apoia, inclusivamente com apoio legal, estava convencido de que seria a melhor forma de resolver a questão.

Quanto a mim, não tenho de discutir isso. Portanto, não discuti, não pus isso em causa.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas, Sr. General, de qualquer forma, dada a sua experiência especializada, é, de alguma forma, lícito considerar que alguns dos Srs. Coronéis que foram exonerados

temporariamente pudessem constituir um entrave às investigações? A permanência no cargo, por si só, seria um entrave às averiguações?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Foi a justificação que o General Chefe deu, exatamente para dar livre curso às investigações e não haver aqui elementos que pudessem, eventualmente, interferir nesta investigação.

Penso que os nossos Coronéis...

Haveria outras formas de resolver, se calhar, a questão, mas o nosso General Chefe entendeu que essa era a melhor maneira. E fê-lo sustentado, exatamente, em pareceres legais. É disso que não nos podemos esquecer: fê-lo sustentado em pareceres legais.

Portanto... Era isto, não sei se respondi.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. General, sem dúvida nenhuma, não pomos em causa a legalidade da decisão, não é isso que está aqui a ser aferido, mas, eventualmente, o seu carácter extraordinário. E foi tão extraordinário que houve um conjunto de Srs. Generais, que já aqui depuseram, nesta Comissão, que consideraram, inclusivamente, que a honra e dignidade do Exército ficaram afetadas com essa decisão.

O Sr. General não tem essa opinião?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Sr. Deputado, permitir-me-ia não me manifestar relativamente a isso. Procurarei dar o máximo de colaboração e responder às perguntas, mas...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mais uma vez, apelando à sua experiência especializada, considera, também, normal que, apesar de os factos, como já disse, não terem uma, digamos assim, lógica comparativa

com outros anteriores — porque factos como estes nunca tinham sucedido —, este processo de averiguações tenha dado origem a castigos disciplinares a um sargento e a um soldado?

Isto é, não houve... A atuação das chefias parece ter ficado completamente ilibada, neste ápice de 15 dias.

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Sr. Deputado, as investigações são conduzidas de forma independente. Foram desenvolvidas atividades no sentido de apurar a verdade dos factos e eu, não conhecendo o processo, acho que também não me devo pronunciar.

Chegaram, exatamente, a essa conclusão, de que, eventualmente, havia um sargento e um praça envolvidos. Mas depende do nível de empenhamento. A segurança não é absoluta, nunca é absoluta. Podemos ter um dispositivo fechadíssimo e seguro ao máximo, pensamos nós, o mais possível, e depois haver alguém, por exemplo, que desmascara, vende segredos, vende... Portanto, pode ter acontecido isso, e parece-me que foi essa a situação.

Alguém disse — se isto é verdade —: «Esta noite não há rondas»! E isso é muito estranho. É muito estranho como é que uma coisa destas é dita por um sargento, que é um profissional: «Esta noite não fazemos rondas, e tal...».

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Se me permite, já agora, e mais uma vez recorrendo à sua experiência especializada, um sargento, por si só, tem capacidade para determinar a inexistência de rondas, que estão determinadas, hierarquicamente, acima dele?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Não, nós temos normas de execução permanente, temos tarefas a cumprir e elas têm de ser

cumpridas. Se havia normas explicitadas de que deveriam ser executadas rondas, só restava exatamente cumpri-las.

Por isso é que, a ser verdade isso, estaríamos muito... quer dizer... Era preciso haver mais alguma coisa aqui envolvida, que permitisse e desse azo a essa situação. É que basta haver uma falha no dispositivo de segurança, como alguém que transmite um segredo, abre uma porta, etc., etc., e pode acontecer.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Nos mesmos processos de averiguação, e em todos os processos, as investigações que foram feitas, na altura, apontavam para um conjunto de falhas estruturais na segurança dos paióis. E, contudo, a conclusão foi o arquivamento dos processos. Parece existir aqui algum paradoxo.

Queria que o Sr. General, se lhe fosse possível, comentasse o eventual paradoxo ou a sua inexistência.

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Não sei se os processos foram encerrados.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Foram...

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Quando isto acontece, obviamente que...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Foram arquivados.

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Foram arquivados.

Não sei porque é que aconteceu e não tenho resposta relativamente a isso. Mas não quer dizer que todas estas anomalias e deficiências não sejam, depois, devidamente tratadas e analisadas, no sentido de serem colmatadas.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. General, o Grupo Parlamentar do PSD compreende perfeitamente algumas dificuldades, diria, até, funcionais que terá em relação a pronunciar-se sobre factos nos quais não esteve envolvido diretamente.

Mas, compreenda que, com os dados da experiência comum, que é a nossa, parece que surgiu um facto inusitado, um facto extremamente perturbador, no seio da instituição militar, que é uma instituição que nos merece o maior respeito e onde, em princípio, este tipo de situações não ocorreria, nomeadamente um inquérito em 15 dias; a exoneração dos comandantes; a readmissão ou a renomeação desses mesmos comandantes; o castigo de um praça e de um sargento; e, depois, algumas declarações do Sr. General Rovisco Duarte, a dizer que o caso estava encerrado.

Tudo isto dá a ideia, passe a expressão, que se quis «pôr uma pazada» para cima do assunto. E isso é algo que perturba e que, de alguma forma, estará na origem de um conjunto de especulações ou ilações, eventualmente, até, indevidas, que se proporcionaram na praça pública.

E isto não lhe oferece nenhum comentário, Sr. General?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Tenho a certeza de que o General Chefe estava, de certa forma... A intenção do nosso General Chefe era, exatamente, resolver a questão, procurar aclarar a situação o mais rapidamente possível.

Havia aqui questões que era preciso apurar, responsabilidades, etc., e foi isso que determinou exatamente este... Acho que não houve mais

nenhuma intenção, nem podia haver, do comandante do Exército, que não fosse resolver a questão e apurar os responsáveis.

Não era, exatamente, para escamotear isto, nem para parar e esconder tudo... Não. Um facto destes afetou-nos a todos e nós pretendíamos, efetivamente, clarificar quem foram os responsáveis e porque é que aquilo sucedeu.

Não posso pensar de outra forma. Não posso pensar que o Chefe, comandante do Exército, tenha procedido com intenção de rapidamente esconder tudo.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Teve, alguma vez, ocasião de falar com o Sr. General Rovisco Duarte sobre estes factos que estão agora a ser investigados por esta Comissão de Inquérito?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Não tive, não. A minha cadeia hierárquica era o Comandante do CFT, que é Tenente-General, e que, portanto, se relaciona com o General Chefe, através do Conselho Superior do Exército. Eu estava no patamar abaixo. Não tive.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Disse há pouco, respondendo ao Sr. Deputado Ascenso Simões, que, quando tomou posse, em junho, perguntou ao Sr. General Chefe se deveria ou não, já no exercício das funções para as quais tinha acabado de ser nomeado, iniciar uma investigação, tendo o Sr. General Chefe dito que não.

Pode fundamentar-nos esta resposta? Em primeiro lugar, por que razão perguntou se deveria fazer essa investigação e, depois, que fundamentação é que lhe foi dada para que essa investigação não fosse feita?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Como inspetor-geral do Exército, o meu chefe direto é o General Chefe. Antes, nas funções de comandante de Brigada, era o CFT (comando das forças terrestres). Eu tenho despacho direto com o General Chefe e, perante este facto que, mais uma vez, ouvi na comunicação social, liguei-lhe e perguntei-lhe se...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Peço desculpa, mas não percebi. Perante este facto...

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Já não me lembro o que é que foi.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — A recuperação do material!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Ah!

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Pois, se era preciso tomar alguma ação, da parte da Inspeção-Geral do Exército.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Portanto, senti necessidade de atuar de forma proativa em relação à recuperação do material e fez a pergunta ao superior hierárquico se isso merecia ou não uma investigação.

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Não senti necessidade. Disponibilizei a Inspeção exatamente para que o nosso General, se entendesse... É normal! Há um evento qualquer, nós somos os olhos e os ouvidos e o primeiro órgão que vai para o terreno tentar clarificar as circunstâncias da ocorrência.

Foi assim com casos anteriores. Ou seja, desencadeia-se logo uma inspeção no sentido de saber as circunstâncias e de ver exatamente o que aconteceu para fundamentar e esclarecer o General Chefe. Nós atuamos de acordo com as ordens dele. Foi isso.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — E foi-lhe dada alguma fundamentação para que não atuassem, nessas novas funções?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Não, não.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Para além do dever que, obviamente, não está aqui em causa, de acatar as ordens do seu superior hierárquico, não considerou estranha essa negação relativamente ao início de uma atividade inspetiva deste facto que foi muito importante, de tal forma que estamos hoje a discuti-lo nesta Comissão Parlamentar de Inquérito?

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Disponibilizei-me, falei com o nosso General Chefe e disse: «Olhe, meu General, deseja que a Inspeção desencadeie alguma ação?». Ele disse-me que não, que não era necessário. Não explorei esta situação, não é costume.

Portanto, o General Chefe decide e, efetivamente, tem razões disso, tem conhecimento, tem informação e sabe exatamente como deve atuar. Quando tem dúvidas, tem o seu Conselho também, o Conselho Superior do Exército, que é um órgão que reúne os mais próximos, debate, apresenta a questão. Ouve os elementos do Conselho.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Com todo o respeito e alheando-me das suas funções específicas à data, parece existir aqui um padrão por parte da atuação do Sr. General Rovisco Duarte, um padrão de

resolver tudo — enfim, «depressa e bem, há pouco quem» — de forma até precipitada. Primeiro exonera comandantes e, depois, renomeia-os e, depois, pura e simplesmente, vem dizer que a questão não é importante, tentando minorizar tudo aquilo que se passou. Inclusivamente, quando o material foi recuperado, nem sequer procedeu a uma investigação, como seria normal e curial. Se calhar até, correspondendo aos procedimentos, teria sido melhor tê-la feito.

Portanto, peço desculpa, pois obviamente não pode pronunciar-se sobre esta matéria, mas julgamos que existe aqui um padrão de alheamento, de minorização e até, de alguma forma, como um outro General já aqui disse, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, até de cedência eventual ou de uma qualquer pressão política nesse sentido.

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Na qualidade de inspetor, julgo que temos diferentes maneiras de reagir e atuar. O nosso General Chefe é uma pessoa extremamente competente, compenetrada e preocupada com as questões e reagiu de forma diferente da que seria a minha. Mas acho que é um bocadinho o padrão dele, a sua personalidade. É impulsivo, um pouco... Acho que não podemos levar a mal, porque as pessoas são assim.

Os Srs. Deputados sabem, perfeitamente, as circunstâncias que estiveram na base da exoneração e da oposição dos outros generais do Conselho...É um pouco isto.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — O ponto é exatamente esse. Outro Sr. General que aqui esteve disse que o que foi feito não corresponde a essa lógica de personalidade do Sr. General e que, a partir de um determinado momento, atuou de outra forma.

Tenho mais uma pergunta para o Sr. General que tem que ver com o facto de a lista do material roubado ter surgido num órgão de comunicação

social estrangeiro. Uma vez mais, apelando aos seus dados de experiência especializada, tem algum comentário a fazer a este facto? Nós conhecemos o material roubado. Pelos vistos, havia dúvidas, por parte do Exército, sobre qual era o material que tinha sido roubado, mas isso veio publicado num órgão de comunicação social estrangeiro. Queria ouvir o seu comentário sobre isto.

Agradeço as suas respostas.

O Sr. Maj. Gen. **Luís Nunes de Fonseca**: — Sr. Deputado, esta questão é uma falha de segurança lamentável, porque os dirigentes, ou seja, a cúpula do Estado tem o direito e a obrigação de saber exatamente os contornos do que aconteceu.

Aparecer num órgão de comunicação social estrangeiro é lamentável, é indício de falta de sentido de Estado e de se negligenciarem os mais elementares procedimentos de segurança.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. General e Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

A Mesa regista que os grupos parlamentares se manifestaram e prescindiram de uma segunda ronda.

Cumpre-me agradecer, em nome da Comissão Parlamentar de Inquérito, a presença e o depoimento do Sr. Major General Luís Nunes de Fonseca.

Gostaria, ainda, de recordar às Sr.^{as} e Srs. Deputados que amanhã regressamos ao horário pré-determinado desta Comissão e, assim, às 17 horas voltaremos a reunir.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 20 horas e 44 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.